

Economistas temem a disparada da inflação

por George Vidor
do Rio

“Se o ‘pacote’ fiscal der certo, a inflação ficará entre 230 e 240% em 1986, mantendo-se, mais ou menos, nos níveis em que já se encontra. E, se der errado, a inflação vai para 300%.” A opinião é do vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), Paulo Guedes. O superintendente da Bolsa Brasileira de Futuros (BBF), Virgilio Gibbon, também faz previsões pessimistas quanto ao comportamento dos preços: “Creio que vamos enfrentar uma inflação virulenta daqui para a frente. A expansão monetária até o final do ano deve atingir uma taxa de 300%”.

Guedes e Gibbon participaram ontem de um debate na Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) para analisar os efeitos do “pacote” fiscal sobre a economia.

O superintendente da BBF considera que “os índices de preços elevados não são obra do acaso, mas sim reflexo da grande liquidez da economia, proporcionada pela expansão monetária”. Gibbon afirma que, “em princípio, o ‘pacote’ fiscal deve piorar a situação porque é expansio-

nista. O governo diminuirá sua arrecadação na fonte e os contribuintes terão mais recursos para consumir”.

Esta perda de receita na fonte pode não ser compensada pelo pagamento de imposto das classes de renda mais alta, em 1987: “De agora em diante, é muito provável que ninguém dessas faixas de salário queira reajustes pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exigindo em troca benefícios indiretos, não tributáveis”, comentou Gibbon.

O País, segundo Guedes, já está vivendo uma inflação mais alta e, de alguma maneira, o IPCA vai acabar registrando os 15% detectados pelo IGP da Fundação Getúlio Vargas, em novembro. “Com todos os seus defeitos, o IGP nunca antes havia registrado 15%. O IPCA realmente é um índice mais elaborado, mas deveria ser apenas adotado em janeiro de 1986. Lembro que em janeiro deste ano o IPCA registrou uma elevação de 14,6%”, comentou Guedes.

O “pacote” fiscal do governo é correto do ponto de vista quantitativo, porque diminui o déficit público, mas não é, em sua opinião, bom do ponto de vista qualitativo: “Eu preferiria um corte de gastos maior”.